

## **MEMORIAL DESCRITIVO**

**SERVIÇO:** ELABORAÇÃO DE ESTUDOS GEOFÍSICOS PARA PERFURAÇÕES DE POÇOS  
TUBULARES PROFUNDOS

**NATUREZA:** INSTITUCIONAL/INFRAESTRUTURA

**PROPRIETÁRIO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA  
TRINDADE

**CIDADE:** VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT

**LOCAL:** DIVERSOS

### **1. Da necessidade do Estudo:**

A necessidade da elaboração deste estudo geofísico, deve-se a tentativa de minimizar um problema que vem se tornando cada vez mais frequente em determinadas localidades de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT: “a falta de água potável”. E é essencial a realização deste estudo geofísico para início ao Projeto de Elaboração do Projeto e Orçamento para perfuração de poços tubulares.

A Pesquisa Geofísica é ideal para grandes consumidores de água e possibilita:

- visualizar com certa precisão o local e a profundidade onde se encontra a água subterrânea;
- reduzir os riscos de perfuração de poços secos ou de baixa vazão;
- definir com precisão a profundidade máxima de perfuração;
- evitar o aprofundamento desnecessário dos poços.

### **2. Do Estudo geofísico**

Há previsão, não vinculativa, de se realizar no futuro, cerca de 12 (doze) estudos em diversos pontos do município, incluindo Zona Rural e Zona Urbana.

Deverá conter:

- Locação topográfica do poço;
- Estimativa das profundidades mínima e máxima do poço;
- Previsão da coluna estratigráfica a ser perfurada até o limite do solo, da transição solo-rocha e da extensão em rocha(s);
- Previsão da zona de saturação a ser explorada, do potencial e das pressões existentes, representadas pelos níveis piezométricos, tipos de vazios e sua geometria;
- A descrição da geologia local;
- A geomorfologia local;
- Acompanhamento técnico de profissional com expedição de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente assinado.

### **3. Documentos e legislações a consultar**

Na execução dos trabalhos deverão ser observadas as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, legislações pertinentes à implantação das obras, tais como: definição de Áreas de Proteção de Mananciais; Planos de Ordenamento Territorial; Áreas de Proteção Ambiental ou qualquer outro dispositivo legal que afete a concepção e/ou implantação das obras, e em especial os relacionados a seguir:

- a) Normas técnicas da companhia estadual de saneamento do Estado;
- b) Normas técnicas do serviço autônomo de águas e esgoto do município;
- c) Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas (TCU);
- d) Preços da Caixa Econômica Federal – Sistema Nacional de Pesquisa e Custos e Índices de Construção Civil - SINAPI – Decreto nº 7.983/2013;
- e) Lei de Saneamento Básico nº 11.445/2007 e seu Decreto regulamentador nº 7.217/2010;
- f) Lei dos Consórcios Públicos nº 11.107/2005 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/2007; TR-Sistemas de Abastecimento de Água 8
- g) Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 5/2017 (Anexo XX) – Dispõe sobre procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade
- h) Resolução CONAMA nº 01/86 – Dispõe sobre a Avaliação de Impacto Ambiental;
- i) Resolução CONAMA nº 237/97 - Dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental.

As Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho listadas a seguir, quando forem obrigatórias, de acordo com a legislação em vigor, também devem ser consignadas na administração local da obra, caso não tenham os custos apropriados em nenhuma outra rubrica orçamentária:

- NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT;
- NR 5– Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
- NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- NR 7 – Programa de Controle Médico e Saúde ocupacional – PCMSO;
- NR 15 – Atividades e Operações Insalubres;
- NR16 – Atividades e Operações Perigosas;
- NR-21 – Trabalho a Céu Aberto;
- NR 9 - PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- NR-18 –PCMAT– Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade;
- NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Contratada será responsável pela qualidade total dos serviços, bem como pela qualidade dos estudos geofísicos, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 22 de novembro de 2022

---

Sergio de Mello Santos  
Engenheiro Civil  
CREA/MT: 039458  
Matrícula: 3876